

Sumário

Título I

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

Capítulo I

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO

Dispositivo Legal	39
Princípio da territorialidade.....	39

Capítulo II

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO

Classificação da leis penais	42
Dispositivo Legal	42
Atividade.....	42
Princípio da imediata aplicação (<i>tempus regit actum</i>)	43
O princípio da [ir]retroatividade da “lei penal” e seu alcance.....	43

Título II

INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR

Capítulo I

INQUÉRITO POLICIAL

Conceito, natureza jurídica e finalidade	44
Principais características do inquérito policial	44
Roteiro investigatório – providências preliminares – atribuições da autoridade policial	47
Outras atribuições da autoridade policial	48
Atuação do advogado no inquérito policial.....	48
Valor probatório dos elementos colhidos no inquérito policial	50
Vícios do inquérito policial	51

Capítulo II

TERMO CIRCUNSTANCIADO

Fundamento legal.....	52
Conceito.....	52
Atribuição para lavratura.....	52
Autor do fato	52
Liberação obrigatória.....	52
Violência doméstica e familiar contra a mulher	52
Lesão corporal no trânsito.....	53

Capítulo III
PEÇAS PROFISSIONAIS

Seção I

**REQUERIMENTO DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO
POLICIAL (OU “NOTITIA CRIMINIS”)**

Fundamento Legal	54
Cabimento	54
O que é <i>notitia criminis</i>	54
Espécies de <i>notitia criminis</i>	54
<i>Notitia criminis</i> x queixa-crime - distinção	55
Prazo	55
Legitimados a requerer a instauração de inquérito policial (ou oferecer “ <i>notitia criminis</i> ”)	56
Destinatário – a quem se dirige	56
Recurso cabível	56
Denominação dos sujeitos	56
Verbo a ser adotado no preâmbulo	57
Verbo a ser adotado no pedido	57
Pedido	57
Orientações para identificar a peça	57
Orientações para a confecção da peça	57
Estrutura da peça	58
Modelo de requerimento de instauração de inquérito policial	60

Seção II

RECURSO AO CHEFE DE POLÍCIA

Fundamento legal	62
Cabimento	62
Prazo	62
Legitimados a recorrer do despacho que indefere a instauração de inquérito policial	62
Destinatário – a quem se dirige	62
Possibilidades do Chefe de Polícia	62
Denominação das partes	63
Verbo a ser adotado no preâmbulo	63
Verbo a ser adotado no pedido	63
Pedido	63
Orientações para identificar a peça	63
Orientações para a confecção da peça	63
Estrutura da peça	63
Modelo de recurso ao Chefe de Polícia	65

Seção III
REPRESENTAÇÃO

Fundamento legal.....	66
Cabimento	66
Forma de identificar	66
Lesão corporal	66
Contravenção de vias de fato	67
Prazo	67
Legitimados a oferecer a representação	68
Peculiaridades.....	68
Destinatário - a quem se dirige.....	69
Denominação dos sujeitos.....	69
Verbo a ser adotado no preâmbulo	69
Verbo a ser adotado no pedido	69
Pedido.....	70
Peculiaridades.....	70
Orientações para identificar a peça.....	70
Orientações para a confecção da peça.....	71
Estrutura da peça	71
Modelo de representação	73
Modelo de procuração	75

Seção IV
RETRATAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO

Fundamento legal.....	76
Cabimento	76
Prazo	76
Legitimados a se retratar	76
Destinatário – a quem se dirige.....	76
Denominação dos sujeitos.....	76
Verbo a ser adotado no preâmbulo	76
Orientações para identificar a peça.....	77
Orientações para a confecção da peça.....	77
Estrutura da peça	77
Modelo de retratação.....	78

Seção V
**REQUERIMENTO DE PROVIDÊNCIAS POLICIAIS E DE MEDIDAS
PROTETIVAS DE URGÊNCIA – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Fundamento legal	80
Cabimento	80
Legitimados a requerer a adoção das medidas protetivas de urgência	80
Destinatário – a quem se dirige.....	80
Medida cabível	80

Denominação dos sujeitos	81
Verbo a ser adotado no preâmbulo	81
Verbo a ser adotado no pedido	81
Pedido.....	81
Orientações para identificar a peça	81
Orientações para a confecção da peça.....	81
Estrutura da peça	82
Modelo de requerimento de adoção de providências	83
Modelo de requerimento de medidas protetivas de urgência	85

Título III
AÇÃO PENAL

Capítulo I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Fundamento Constitucional	87
Conceito / natureza jurídica / características.....	87
Enquadramento da ação penal	87
Condições da ação	87
Gerais ou genéricas	87
Especiais ou específicas	89
Classificação da ação penal	89
Principiologia da ação penal.....	89
Princípios da ação penal pública	90
Princípios da ação penal privada.....	91

Capítulo II
PEÇA PROFISSIONAIS

Seção I
QUEIXA-CRIME

Fundamento legal.....	92
Cabimento	92
Prazo.....	92
Legitimados a oferecer a queixa-crime	93
Destinatário – a quem se dirige.....	93
Medidas cabíveis	93
Queixa-crime x <i>notitia criminis</i> - distinção	94
Denominação das partes.....	94
Verbo a ser adotado no preâmbulo	94
Verbo a ser adotado no pedido	94
Pedidos	94
Peculiaridades	94

Orientações para identificar a peça.....	95
Orientações para a confecção da peça.....	95
Estrutura da peça	96
Modelo de queixa-crime	97
Modelo de queixa-crime substitutiva da denúncia	99

Seção II

PEDIDO DE EXPLICAÇÃO EM JUÍZO (ou interpelação judicial)

Fundamento legal.....	102
Cabimento	102
Prazo.....	102
Legitimados a requerer o pedido de explicação em juízo	102
Destinatário – a quem se dirige.....	102
Denominação das partes	102
Verbo a ser adotado no preâmbulo	103
Verbo a ser adotado no pedido	103
Pedido.....	103
Orientações para identificar a peça.....	103
Estrutura da peça	103
Modelo de pedido de Explicações em Juízo	105

Seção III

HABILITAÇÃO COMO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

Fundamento legal.....	107
Cabimento	107
Direitos (poderes) do assistente	107
Oitiva prévia do Ministério Público	107
Prazo – momento para admissão do assistente	107
Legitimados a requerer a habilitação	107
Função (finalidade) do assistente	107
Medida cabível	108
Destinatário – a quem se dirige.....	108
Denominação da parte	108
Verbo a ser adotado no preâmbulo	108
Verbo a ser adotado no pedido	108
Pedido.....	108
Orientações para a confecção da peça.....	108
Estrutura da peça	108
Modelo de Habilitação de Assistente de Acusação	110

Título IV
AÇÃO CIVIL

Capítulo I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A infração penal e a obrigação de indenizar	111
Disposições cíveis	111
Disposições penais.....	111
Natureza jurídica da sentença penal condenatória definitiva.....	111
Independência das instâncias.....	111
Mecanismos à disposição da vítima	113
Legitimados	113

Capítulo II
AÇÃO DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA
(AÇÃO DE EXECUÇÃO “EX DELICTO”)

Previsão legal.....	114
Pressuposto	114
Apuração do valor	114
Objeto de indenização.....	114

Capítulo III
AÇÃO CIVIL AUTÔNOMA “EX DELICTO”
(AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO)

Previsão legal.....	115
Possibilidade de suspensão da ação cível.....	115
Competência	115

Título V
EXCEÇÕES, QUESTÕES INCIDENTAIS E MEDIDAS ASSECURATÓRIAS

Capítulo I
EXCEÇÕES

Seção I
EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO

Fundamento legal.....	116
Cabimento - finalidade da exceção de suspeição.....	116
Destinatário – a quem se dirige.....	116
Motivos ensejadores da suspeição do juiz (art. 254 do CPP)	116
Modos de arguição da suspeição / legitimados	117
Prazo.....	117
Denominação das partes.....	117
Recurso cabível.....	117

Processamento da suspeição e outras questões pertinentes	117
Consequências ao excepto e ao excipiente	118
Exceção de suspeição do membro do Ministério Público, peritos, jurados e autoridade policial	118
Verbo a ser adotado no preâmbulo	118
Verbo a ser adotado no pedido	119
Pedido.....	119
Orientações para identificar a peça.....	119
Orientações para a confecção da peça.....	119
Estrutura da peça	119
Modelo de exceção de suspeição	121

Seção II

EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA

Fundamento legal	123
Cabimento - finalidade da exceção de incompetência.....	123
Legitimados - quem pode opô-la.....	123
Momento para oposição – prazo	123
Destinatário – a quem se dirige.....	123
Denominação das partes	123
Recurso cabível.....	124
Verbo a ser adotado no preâmbulo	124
Verbo a ser adotado no pedido	124
Pedido.....	124
Orientações para identificar a peça.....	124
Orientações para a confecção da peça.....	124
Estrutura da peça	124
Modelo de exceção de incompetência.....	126

Seção III

EXCEÇÃO DE LITISPENDÊNCIA

Fundamento legal	128
Cabimento - configuração de litispendência	128
Legitimados - quem pode opô-la.....	128
Prazo.....	128
Destinatário – a quem se dirige.....	128
Medidas cabíveis	128
Verbo a ser adotado no preâmbulo	128
Verbo a ser adotado no pedido	129
Pedido.....	129
Orientações para identificar a peça.....	129
Orientações para a confecção da peça.....	129
Estrutura da peça	129
Modelo de exceção de litispendência	131

Seção IV

EXCEÇÃO DE ILEGITIMIDADE DE PARTE

Fundamento legal.....	133
Cabimento	133
Legitimados - quem pode opô-la.....	133
Prazo.....	133
Destinatário – a quem se dirige.....	133
Medidas cabíveis	133
Verbo a ser adotado no preâmbulo	133
Verbo a ser adotado no pedido.....	134
Pedido.....	134
Orientações para identificar a peça	134
Orientações para a confecção da peça.....	134
Estrutura da peça	134
Modelo de exceção de ilegitimidade de parte	138

Seção V

EXCEÇÃO DE COISA JULGADA

Fundamento legal.....	138
Cabimento	138
Diferença entre exceção de litispendência e exceção de coisa julgada	138
Legitimados - quem pode opô-la.....	138
Prazo.....	138
Processamento	138
Destinatário – a quem se dirige.....	138
Medidas cabíveis	139
Verbo a ser adotado no preâmbulo	139
Verbo a ser adotado no pedido	139
Pedido.....	139
Orientações para identificar a peça	139
Orientações para a confecção da peça.....	139
Estrutura da peça	139
Modelo de exceção de coisa julgada.....	141

Seção VI

CONFLITO DE JURISDIÇÃO

Fundamento legal.....	143
Cabimento - configuração	143
Espécies de conflitos	143
Forma de suscitar o conflito – processamento (arts. 115 e 116 do CPP)	143
Legitimados	143
Prazo.....	144
Destinatário – a quem se dirige.....	144
Competência para resolver conflito de atribuições	144

Conflito de jurisdição ≠ conflito de atribuição ≠ hierarquia de órgãos jurisdicionais	144
Verbo a ser adotado no preâmbulo	145
Verbo a ser adotado no pedido	145
Pedido.....	145
Orientações para descobrir a peça	145
Orientações para a confecção da peça.....	145
Estrutura da peça	145
Modelo de conflito de jurisdição.....	147

Capítulo II
QUESTÕES INCIDENTAIS

Seção I
INCIDENTE DE FALSIDADE DOCUMENTAL

Fundamento legal	149
Finalidade	149
Legitimados a suscitar o incidente	149
Forma de suscitar o incidente	149
Endereçamento – a quem se dirige?	149
Recurso cabível.....	150
Efeitos – consequências jurídicas (art. 145, IV, e 148 CPP)	150
Prazo	150
Processamento	150
Verbo a ser adotado no preâmbulo	150
Verbo a ser adotado no pedido	151
Pedido.....	151
Orientações para identificar a peça.....	151
Orientações para a confecção da peça.....	151
Estrutura da peça	151
Modelo de incidente de falsidade documental	153

Seção II
INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL

Fundamento legal	155
Oportunidade, cabimento e recurso	155
Legitimidade	155
Endereçamento – a quem se dirige?	155
Prazo	155
Providências	155
Local de execução da perícia	156
Objetivo da perícia – conclusões e consequências.....	156
Normalidade no fato e normalidade no momento atual	156
Normalidade no fato e incapacidade no momento atual.....	156

Incapacidade no momento do fato	156
Inimputável (incapacidade total) ao tempo do fato – Art. 26, <i>caput</i> , CP	156
Semi-imputável (incapacidade parcial) ao tempo do fato – Art. 26, parágrafo único, CP	157
Incapacidade superveniente à execução da pena	157
Instauração no curso do inquérito policial	157
O incidente e a Lei de Drogas	158
Verbo a ser adotado no preâmbulo	158
Verbo a ser adotado no pedido	158
Pedido.....	158
Orientações para identificar a peça	159
Orientações para a confecção da peça.....	159
Estrutura da peça	159
Modelo de incidente de insanidade mental.....	160

Seção III

PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS

Fundamento legal.....	162
Cabimento	162
Endereçamento – a quem se dirige?	162
Legitimados a pedir a restituição	162
Oitiva prévia do Ministério Público	162
Coisas que interessam ao processo penal.....	163
Coisas que podem ser apreendidas.....	163
Pedido de restituição e incidente de restituição.....	163
Dúvida sobre a quem restituir	163
Coisas facilmente deterioráveis	164
Medidas cabíveis	164
Verbo a ser adotado no preâmbulo	164
Verbo a ser adotado no pedido	164
Pedido.....	164
Orientações para identificar a peça	164
Orientações para a confecção da peça.....	164
Estrutura da peça	164
Modelo de requerimento para restituição de coisa apreendida	166

Capítulo III

MEDIDAS ASSECURATÓRIAS

Seção I

PEDIDO DE ARRESTO

Fundamento legal.....	168
Cabimento	168
O que é o pedido de arresto?.....	168

Prazo	168
Legitimados a requerer o arresto	168
Destinatário – a quem se dirige	169
Recurso cabível	169
Denominação dos sujeitos	169
Verbo a ser adotado no preâmbulo	169
Verbo a ser adotado no pedido	169
Pedidos	169
Orientações para identificar a peça	169
Orientações para a confecção da peça	169
Estrutura da peça	170
Modelo de pedido de arresto	171

Seção II

PEDIDO DE SEQUESTRO

Fundamento legal	172
Cabimento	172
O que é o pedido de sequestro?	172
Prazo	172
Legitimados a requerer o sequestro	172
Destinatário – a quem se dirige	172
Recurso cabível	173
Denominação dos sujeitos	173
Verbo a ser adotado no preâmbulo	173
Verbo a ser adotado no pedido	173
Pedidos	173
Orientações para identificar a peça	173
Orientações para a confecção da peça	173
Estrutura da peça	174
Modelo de pedido de sequestro	174

Seção III

EMBARGOS EM CASO DE SEQUESTRO

Fundamento legal	176
Cabimento	176
O que são os embargos?	176
Prazo	176
Legitimados a opor embargos	177
Destinatário – a quem se dirige	177
Recurso cabível	177
Denominação dos sujeitos	177
Verbo a ser adotado no preâmbulo	177
Verbo a ser adotado no pedido	177
Pedidos	177

Orientações para identificar a peça	177
Orientações para a confecção da peça.....	178
Estrutura da peça	178
Modelo de embargos de terceiro (art. 129 do CPP).....	179

Seção IV

PEDIDO DE ESPECIALIZAÇÃO DE HIPOTECA LEGAL

Fundamento legal.....	181
Cabimento	181
O que é o pedido de especialização de hipoteca legal?	181
Prazo.....	181
Legitimados a requerer o sequestro	181
Destinatário – a quem se dirige.....	182
Recurso cabível.....	182
Denominação dos sujeitos	182
Verbo a ser adotado no preâmbulo	182
Verbo a ser adotado no pedido.....	182
Pedidos	182
Orientações para identificar a peça	182
Orientações para a confecção da peça.....	182
Estrutura da peça	183
Modelo de pedido de especialização de hipoteca legal.....	184

Seção IV

PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO EM RAZÃO DE QUESTÃO PREJUDICIAL

Fundamento legal.....	185
Cabimento	185
O que é a uma questão prejudicial de modo a ensejar pedido de suspensão do processo?	185
Prazo.....	186
Legitimados a requerer a suspensão do processo em face de questão prejudicial	186
Destinatário – a quem se dirige.....	186
Recurso cabível.....	186
Denominação dos sujeitos	186
Verbo a ser adotado no preâmbulo	186
Verbo a ser adotado no pedido.....	186
Pedido.....	186
Orientações para identificar a peça	186
Orientações para a confecção da peça.....	187
Estrutura da peça	187
Modelo de pedido de suspensão do processo em razão de questão prejudicial.....	188

Título VI
DA PROVA

Capítulo I
TEORIA GERAL DA PROVA

Fundamento legal.....	189
Conceito.....	189
Finalidade ou objeto da prova.....	189
Fatos que independem de prova.....	189
Classificação das provas	190
Ônus da prova.....	191
Poderes instrutórios do juiz.....	192
Produção antecipada de provas	192
Prova emprestada	193
Provas Ilícitas	193
Prova ilícita, ilegal, vedada ou proibida (prova ilícita <i>lato sensu</i>).....	194
Princípios atinentes às provas	195
Sistemas de valoração (apreciação) da prova no processo penal	197
Fases do procedimento probatório	197

Capítulo II
DAS PROVAS EM ESPÉCIE

Perícias em geral.....	199
Exame de corpo de delito	199
Outras perícias.....	200
Autópsia forense ou médico-legal (necropsia/tanatopsia)	200
Exame diante de crime de lesões corporais	200
Exame nos crimes contra a saúde pública.....	201
Exame no crime de furto qualificado.....	201
Exame no crime de incêndio	201
Exame para reconhecimento de escritos ou exame grafotécnico	201
Exame dos instrumentos do crime	201
Comparação de perfis genéticos	201
Interrogatório judicial.....	202
Confissão	204
Palavra da vítima	204
Prova testemunhal	205
Informantes ou Declarantes	206
Testemunhas Instrumentárias ou Fedatárias	206
Testemunha abonatória ou de antecedentes	207
Testemunha Mendaz ou Claudicante	207
Testemunhas Numerárias.....	207
Testemunhas Extranumerárias.....	207
Testemunhas Referidas	207
Contradita e arguição de defeito na prova testemunhal	207
Reconhecimento de pessoas e coisas.....	208
Acareação	208
Prova documental	208
Busca e apreensão.....	209

Título VII
SUJEITOS PROCESSUAIS

Conceito	210
Classificação	210
O Juiz (arts. 251 a 256 do CPP)	210
O Ministério Público (arts. 127 a 130 da CRFB)	210
O acusado	211
A defesa	214
O curador.....	214
O assistente de acusação	215
Os peritos e intérpretes.....	215
Os auxiliares da Justiça	215

Título VIII
PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA

Capítulo I
MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO

Alteração legislativa	216
Medidas cautelares diversas da prisão.....	216
Prisão preventiva.....	218
Medidas cautelares diversas da prisão.....	219

Capítulo II
PRISÕES PROVISÓRIAS

Seção I
PRISÃO EM FLAGRANTE

Enquadramento legal	220
Cabimento	220
Espécies de flagrante.....	220
Sujeitos do flagrante.....	221
Por qualquer crime (imunidade absoluta).....	222
Por crime afiançável (imunidade relativa).....	222
Controle da legalidade da prisão – judicialização do flagrante	222

Seção II
PRISÃO PREVENTIVA

Enquadramento legal	224
Cabimento - requisitos legais	224
Pressupostos	224
Condições de admissibilidade	224
Fundamentos.....	225
Descabimento.....	225
Revogação - cláusula da imprevisão – <i>rebus sic stantibus</i>	225
Sistema recursal - medidas cabíveis.....	225

Seção III
PRISÃO PREVENTIVA-DOMICILIAR

Enquadramento legal	226
Cabimento	226

Seção IV
PRISÃO TEMPORÁRIA

Enquadramento legal	227
Cabimento	227
Complementação do rol	227
Duração da temporária.....	227

Capítulo III
LIBERDADE PROVISÓRIA

Fundamento legal	228
Hipóteses de cabimento	228
Diferença entre liberdade provisória e relaxamento da prisão.....	230
Espécies (modalidades)	230
Hipóteses de inafiançabilidade.....	230

Capítulo IV
PEÇAS PROFISSIONAIS

Seção I
REVOGAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE MEDIDA
CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO

Fundamento legal	231
Cabimento	231
Instrumentos de defesa – simples requerimento e hábeas-cópus	231
Prazo	231
Destinatário – a quem se dirige o pedido.....	231
Denominação da parte	231
Verbo a ser adotado no preâmbulo	232
Verbo a ser adotado no pedido	232
Pedido.....	232
Orientações para identificar a peça.....	232
Estrutura da peça	232
Modelo de requerimento de revogação ou substituição de medida cautelar diversa da prisão.....	233

Seção II
REQUERIMENTO DE LIBERDADE PROVISÓRIA

Fundamento constitucional.....	235
Fundamento infraconstitucional	235
Prazo	235
Destinatário – a quem se dirige o pedido.....	235
Denominação da parte	235
Verbo a ser adotado no preâmbulo	235
Verbo a ser adotado no pedido	235
Pedido.....	236
Orientações para identificar a peça.....	236
Estrutura da peça	236
Modelo de requerimento de liberdade provisória	238

Seção III
RELAXAMENTO DE PRISÃO

Fundamento legal.....	240
Cabimento	240
Medidas cabíveis	240
Diferença entre relaxamento da prisão e liberdade provisória	240
Prazo.....	240
Destinatário – a quem se dirige o pedido	240
Denominação da parte	241
Verbo a ser adotado no preâmbulo	241
Verbo a ser adotado no pedido.....	241
Pedido.....	241
Orientações para identificar a peça	241
Estrutura da peça	241
Modelo de requerimento de relaxamento de prisão	243

Seção IV
REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA

Fundamento legal.....	246
Cabimento	246
Diferença entre revogação da prisão preventiva, relaxamento da prisão e liberdade provisória	246
Prazo.....	246
Destinatário – a quem se dirige o pedido	246
Denominação da parte	246
Verbo a ser adotado no preâmbulo	246
Verbo a ser adotado no pedido.....	247
Pedido.....	247
Orientações para identificar a peça	247
Estrutura da peça	247
Modelo de requerimento de revogação da preventiva	248
Modelo de substituição da preventiva por prisão domiciliar	250

Seção V
REVOGAÇÃO DA PRISÃO TEMPORÁRIA

Fundamento legal.....	252
Cabimento	252
Diferença entre relaxamento da prisão, liberdade provisória e revogação da prisão temporária.....	252
Destinatário – a quem se dirige o pedido	252
Denominação da parte	252
Verbo a ser adotado no preâmbulo	253
Verbo a ser adotado no pedido.....	253

Pedido.....	253
Orientações para identificar a peça.....	253
Estrutura da peça	253
Modelo de requerimento de revogação da temporária.....	254

Título IX

PROCEDIMENTOS PENAIS

Capítulo I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Esclarecimento Inicial	256
Conceito.....	256
Procedimento comum	256
Procedimentos especiais	257
Procedimento comum ordinário	257
Procedimento comum sumário	259
Procedimento comum sumaríssimo	261

Capítulo II

PEÇAS PROFISSIONAIS

Seção I

RESPOSTA À ACUSAÇÃO

Fundamento legal.....	264
Cabimento	264
O que é a resposta à acusação?	264
Prazo	264
Legitimados a apresentar a resposta à acusação	265
Destinatário – a quem se dirige.....	265
Medida cabível	265
Denominação das partes	265
Verbo a ser adotado no preâmbulo	265
Verbo a ser adotado no pedido	265
Pedidos	266
A [in]viabilidade da rejeição da denúncia.....	266
Orientações para identificar a peça.....	266
Orientações para a confecção da peça.....	267
Estrutura da peça	268
Modelo de Resposta à acusação	270
Modelo resposta à acusação – procedimento do Júri.....	273

Seção II

DEFESA PRELIMINAR

DROGAS

Fundamento legal.....	276
Cabimento	276

Prazo.....	276
Destinatário – a quem se dirige.....	276
Denominação das partes.....	276
Verbo a ser adotado no preâmbulo	276
Verbo a ser adotado no pedido.....	276
Pedido.....	277
Orientações para identificar a peça	277
Orientações para a confecção da peça.....	277
Estrutura da peça	278
Modelo de defesa preliminar de drogas	279

Seção III

DEFESA PRELIMINAR FUNCIONÁRIO PÚBLICO

Fundamento legal.....	283
Cabimento	283
Prazo.....	283
Destinatário – a quem se dirige.....	283
Denominação da parte	283
Verbo a ser adotado no preâmbulo	283
Verbo a ser adotado no pedido.....	283
Pedidos	283
Orientações para identificar a peça	284
Orientações para a confecção da peça.....	284
Estrutura da peça	284
Modelo de defesa preliminar de funcionário público	286

Seção IV

DEFESA PRELIMINAR FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO

Fundamento legal.....	288
Cabimento	288
Prazo.....	288
Destinatário – a quem se dirige.....	288
Denominação da parte	288
Verbo a ser adotado no preâmbulo	288
Verbo a ser adotado no pedido.....	288
Pedidos	288
Orientações para identificar a peça	289
Orientações para a confecção da peça.....	289
Estrutura da peça	290
Modelo de defesa preliminar – foro por prerrogativa de função	292

Seção V
MEMORIAIS

Fundamento legal.....	294
Cabimento	294
Júri	294
O que são os memoriais?	294
Prazo	294
Legitimados a apresentar os memoriais.....	294
Destinatário – a quem se dirige.....	294
Medida cabível	295
Denominação das partes	295
Verbo a ser adotado no preâmbulo	295
Verbo a ser adotado no pedido	295
Pedidos	295
Orientações para identificar a peça.....	295
Orientações para a confecção da peça.....	296
Estrutura da peça	297
Modelo de memoriais – procedimento comum.....	298
Modelo memoriais – procedimento do Júri	301

Seção VI
PEDIDO DE DESAFORAMENTO

Fundamento legal.....	303
Cabimento	303
Descabimento.....	303
Prazo	303
Legitimados a pedir o desaforamento.....	303
Destinatário – a quem se dirige.....	303
Oitiva prévia do juiz	303
Verbo a ser adotado no preâmbulo	304
Verbo a ser adotado no pedido	304
Pedido.....	304
Orientações para identificar a peça.....	304
Orientações para a confecção da peça.....	304
Estrutura da peça	304
Modelo de desaforamento.....	306
Modelo de manifestação defensiva – desaforamento.....	307

Seção VII
PEDIDO DE IMEDIATO JULGAMENTO

Fundamento legal.....	309
Cabimento	309
Prazo.....	309
Legitimados a pedir o imediato julgamento.....	309

Destinatário – a quem se dirige.....	309
Oitiva prévia do juiz.....	309
Verbo a ser adotado no preâmbulo	309
Verbo a ser adotado no pedido.....	309
Pedido.....	310
Orientações para identificar a peça	310
Orientações para a confecção da peça.....	310
Estrutura da peça	310
Modelo de pedido de imediato julgamento.....	311

Título X
DAS NULIDADES

Capítulo I
TEORIA GERAL DAS NULIDADES

Fundamento legal.....	313
Considerações gerais.....	313
Natureza jurídica	313
Sistema de verificação das nulidades.....	313
Classificação dos vícios processuais	314
Princípios	315

Capítulo II
NULIDADES EM ESPÉCIE

Esclarecimentos iniciais.....	317
Por incompetência, por suspeição ou por suborno do juízo	317
Por ilegitimidade da parte	318
Por falta das fórmulas ou dos termos seguintes	318
Momentos preclusivos	321

Título XI
RECURSOS

Capítulo I
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

Fundamento legal.....	322
Cabimento	322
O que é o recurso em sentido estrito?	322
Espécies de recurso em sentido estrito.....	322
Prazo.....	323
Legitimados a interpor recurso em sentido estrito	323
Destinatário – a quem se dirige.....	323
Denominação dos sujeitos	324
Medida cabível	324

Verbo a ser adotado no preâmbulo (interposição)	324
Verbo a ser adotado nas razões	324
Verbo a ser adotado no pedido	324
Pedidos	324
Orientações para identificar a peça.....	324
Orientações para a confecção da peça.....	325
Estrutura da peça - interposição.....	325
Estrutura da peça - razões	326
Modelo de recurso em sentido estrito - interposição	328
Modelo de recurso em sentido estrito - razões	329

Capítulo II
CARTA TESTEMUNHÁVEL

Fundamento legal.....	331
Cabimento	331
O que é a carta testemunhável?.....	331
Denegação do recurso de apelação.....	331
Denegação do recurso especial ou extraordinário	331
Objetivo da carta testemunhável	331
Prazo	331
Legitimados a apresentar a carta testemunhável	332
Destinatário – a quem se dirige.....	332
Recurso cabível.....	332
Denominação dos sujeitos.....	332
Verbo a ser adotado no preâmbulo	332
Verbo a ser adotado no pedido	332
Pedidos	332
Orientações para identificar a peça.....	333
Orientações para a confecção da peça.....	333
Estrutura da peça - interposição.....	334
Estrutura da peça - razões	334
Modelo de carta testemunhável - interposição	336
Modelo de carta testemunhável - razões.....	337

Capítulo III
RECURSO DE APELAÇÃO

Fundamento legal.....	339
Cabimento	339
O que é a apelação?	339
Espécies de apelação	339
Hipóteses de apelação.....	340
Prazo.....	340
Legitimados a interpor recurso de apelação	341

Destinatário – a quem se dirige.....	341
Recurso cabível.....	341
Denominação dos sujeitos	341
Verbo a ser adotado no preâmbulo (interposição)	341
Verbo a ser adotado nas razões	342
Verbo a ser adotado no pedido.....	342
Pedidos	342
Orientações para identificar a peça	342
Orientações para a confecção da peça.....	342
Estrutura da peça - interposição	344
Estrutura da peça - razões.....	344
Modelo de apelação em caso de CONDENAÇÃO pelo procedimento COMUM - interposição.....	346
Modelo de apelação em caso de CONDENAÇÃO pelo procedimento COMUM - razões	347
Modelo de apelação em caso de CONDENAÇÃO pelo procedimento do JÚRI - interposição.....	350
Modelo de apelação em caso de CONDENAÇÃO pelo procedimento do JÚRI - razões	351
Modelo de apelação em caso de CONDENAÇÃO pelo procedimento do JECRIM - interposição.....	353
Modelo de apelação em caso de CONDENAÇÃO pelo procedimento do JECRIM - razões	354
Modelo de apelação supletiva (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) em caso de ABSOLVIÇÃO pelo procedimento COMUM – interposição.....	357
Modelo de apelação supletiva (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) em caso de ABSOLVIÇÃO pelo procedimento COMUM - razões.....	358
Modelo de petição de apresentação de CONTRARRAZÕES de apelação no procedimento COMUM	360
Modelo de CONTRARRAZÕES de apelação no procedimento COMUM.....	361

Capítulo IV

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Fundamento legal.....	363
Cabimento	363
O que é o recurso de embargos de declaração?	364
Espécies de embargos	364
Prazo.....	364
Legitimados a interpor recurso de embargos de declaração	364
Destinatário – a quem se dirige.....	365
Medida cabível	365
Denominação dos sujeitos	365
Verbo a ser adotado no preâmbulo (peça única).....	365

Verbo a ser adotado no pedido	365
Pedidos	365
Orientações para identificar a peça.....	365
Orientações para a confecção da peça.....	366
Estrutura da peça - interposição.....	366
Modelo de embargos de declaração	368

Capítulo V

EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

Fundamento legal.....	370
Cabimento	370
O que é o recurso de embargos infringentes e de nulidade?.....	370
Distinção entre embargos infringentes e embargos de nulidade	371
Prazo	371
Legitimados a interpor os embargos	371
Destinatário – a quem se dirige.....	371
Recurso cabível.....	371
Denominação dos sujeitos.....	371
Verbo a ser adotado no preâmbulo (interposição)	371
Verbo a ser adotado no pedido	372
Pedidos	372
Orientações para identificar a peça.....	372
Orientações para a confecção da peça.....	372
Estrutura da peça - interposição.....	373
Estrutura da peça - razões	374
Modelo de embargos infringentes - interposição	375
Modelo de embargos infringentes - razões.....	376

Capítulo VI

RECURSO ESPECIAL

Fundamento legal.....	379
Transição legal	379
Cabimento	379
O que é o recurso especial?.....	381
Pressupostos do recurso especial.....	382
Prazo	382
Legitimados a interpor recurso especial.....	382
Destinatário – a quem se dirige.....	382
Recurso cabível.....	383
Denominação dos sujeitos.....	383
Verbo a ser adotado no preâmbulo (interposição)	383
Verbo a ser adotado no pedido	383
Pedidos	383
Orientações para identificar a peça.....	383

Orientações para a confecção da peça.....	383
Estrutura da peça - interposição	384
Estrutura da peça - razões	385
Modelo de recurso especial - interposição	386
Modelo de recurso especial - razões	387

Capítulo VII

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Fundamento legal.....	390
Transição legal	390
Cabimento	390
O que é o recurso extraordinário?	391
Pressupostos do recurso extraordinário	392
Prazo.....	393
Legitimados a interpor recurso extraordinário	393
Destinatário – a quem se dirige.....	393
Recurso cabível.....	393
Denominação dos sujeitos	393
Verbo a ser adotado no preâmbulo (interposição)	393
Verbo a ser adotado no pedido	393
Pedidos	393
Orientações para identificar a peça	394
Orientações para a confecção da peça.....	394
Estrutura da peça - interposição	394
Estrutura da peça - razões	395
Modelo de recurso extraordinário - interposição	397
Modelo de recurso extraordinário - razões.....	398

Capítulo VIII

AGRAVO

Fundamento legal.....	401
Transição legal	401
Cabimento	401
O que é o agravo?.....	401
Prazo.....	401
Legitimados a interpor agravo.....	402
Destinatário – a quem se dirige.....	402
Recurso cabível.....	402
Denominação dos sujeitos	402
Verbo a ser adotado no preâmbulo (interposição)	403
Verbo a ser adotado no pedido	403
Pedidos	403
Orientações para identificar a peça	403

Orientações para a confecção da peça.....	403
Estrutura da peça - interposição.....	404
Estrutura da peça - razões	404
Modelo de agravo - interposição.....	406
Modelo de agravo - razões	406

Capítulo IX

AGRAVO REGIMENTAL

Fundamento legal.....	408
Transição legal	408
Cabimento	408
Prazo	408
Legitimados a interpor o agravo regimental	409
Destinatário – a quem se dirige.....	409
Recurso cabível.....	409
Denominação dos sujeitos.....	409
Verbo a ser adotado no preâmbulo (interposição)	409
Verbo a ser adotado no pedido	409
Pedido.....	409
Orientações para identificar a peça.....	409
Estrutura da peça de interposição.....	410
Estrutura da peça - razões	411
Modelo de agravo regimental – interposição	412
Modelo de agravo regimental – razões	413

Capítulo X

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

Fundamento legal.....	415
Transição legal	415
Cabimento	415
Prazo	416
Legitimados a interpor embargos de divergência	416
Destinatário – a quem se dirige.....	416
Denominação dos sujeitos.....	417
Verbo a ser adotado no preâmbulo (interposição)	417
Verbo a ser adotado no pedido	417
Pedidos	417
Orientações para identificar a peça.....	417
Orientações para a confecção da peça.....	417
Estrutura da peça - interposição.....	418
Estrutura da peça - razões	418
Modelo de embargos de divergência - interposição	420
Modelo de recurso ordinário constitucional - razões.....	420

Capítulo XI
RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL

Fundamento legal.....	423
Cabimento	423
Prazo.....	424
Legitimados a interpor recurso ordinário.....	424
Destinatário – a quem se dirige.....	424
Recurso cabível.....	424
Denominação dos sujeitos	424
Verbo a ser adotado no preâmbulo (interposição)	424
Verbo a ser adotado no pedido	425
Pedidos	425
Orientações para identificar a peça	425
Orientações para a confecção da peça.....	425
Estrutura da peça - interposição	425
Estrutura da peça - razões	426
Modelo de recurso ordinário constitucional - interposição.....	428
Modelo de recurso ordinário constitucional - razões	429

Capítulo XII
RECLAMAÇÃO

Fundamento legal.....	431
Transição legal	431
Cabimento	431
O que é a reclamação?	432
Prazo.....	432
Legitimados a apresentar a reclamação	432
Destinatário – a quem se dirige.....	432
Recurso cabível.....	432
Denominação dos sujeitos	433
Verbo a ser adotado no preâmbulo	433
Verbo a ser adotado no pedido	433
Pedidos	433
Orientações para identificar a peça	433
Orientações para a confecção da peça.....	433
Estrutura da peça	434
Modelo de reclamação.....	435

Capítulo XIII
MEMORIAIS

Fundamento Legal	437
Cabimento	437
O que são os memoriais?.....	437

Prazo e procedimento.....	437
Legitimados a apresentar os memoriais	437
Destinatário – a quem se dirige	438
Verbo a ser adotado no preâmbulo	438
Verbo a ser adotado no pedido	438
Pedidos	438
Orientações para a confecção da peça	438
Estrutura da peça.....	438
Modelo de memoriais.....	439

Título XII

AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

Capítulo I

HÁBEAS-CÓRPUS

Fundamento legal.....	442
Cabimento	442
O que é hábeas-córpus?	442
Prazo.....	442
Legitimados a impetrar o hábeas-córpus	442
Destinatário – a quem se dirige.....	443
Recurso cabível.....	443
Denominação dos sujeitos.....	444
Verbo a ser adotado no preâmbulo (interposição)	444
Verbo a ser adotado no pedido	444
Pedidos	444
Orientações para identificar a peça.....	444
Orientações para a confecção da peça.....	444
Modelo de hábeas-córpus	447

Capítulo II

MANDADO DE SEGURANÇA

Fundamento legal.....	450
Cabimento	450
O que é o mandado de segurança?	450
Prazo.....	450
Legitimados a impetrar o mandado de segurança	451
Destinatário – a quem se dirige.....	451
Recurso cabível	451
Denominação dos sujeitos.....	451
Verbo a ser adotado no preâmbulo (interposição)	452
Verbo a ser adotado no pedido	452
Pedidos	452
Orientações para identificar a peça.....	452

Orientações para a confecção da peça.....	452
Endereçamento – a quem se dirige?	453
Preâmbulo	453
Exposição dos fatos ou histórico dos fatos.....	453
Mérito.....	454
Pedido.....	454
Parte final – fechamento da peça	454
Modelo de mandado de segurança.....	454

Capítulo III **JUSTIFICAÇÃO**

Fundamento legal.....	456
Cabimento	456
O que é a justificação?	456
Prazo.....	456
Legitimados a ajuizar a justificação	456
Destinatário – a quem se dirige.....	456
Recurso cabível.....	457
Denominação dos sujeitos	457
Verbo a ser adotado no preâmbulo (interposição)	457
Verbo a ser adotado no pedido	457
Pedidos	457
Orientações para identificar a peça	457
Orientações para a confecção da peça.....	457
Modelo de justificação	460

Capítulo IV **REVISÃO CRIMINAL**

Fundamento legal.....	462
Cabimento	462
O que é a revisão criminal?	462
Prazo.....	462
Legitimados a ajuizar a revisão criminal	463
Destinatário – a quem se dirige.....	463
Recurso cabível.....	463
Denominação dos sujeitos	463
Verbo a ser adotado no preâmbulo (interposição)	463
Verbo a ser adotado no pedido	463
Pedidos	463
Orientações para identificar a peça	464
Orientações para a confecção da peça.....	464
Endereçamento – a quem se dirige?	464
Preâmbulo	464
Exposição dos fatos ou histórico dos fatos.....	465
Mérito.....	465

Pedido.....	465
Parte final – fechamento da peça:.....	465
Modelo de revisão criminal.....	466

Capítulo V
CORREIÇÃO PARCIAL

Fundamento legal.....	468
Cabimento.....	458
O que é a correção parcial?.....	468
Prazo.....	468
Legitimados a interpor correção parcial.....	469
Destinatário – a quem se dirige.....	469
Recurso cabível.....	469
Denominação dos sujeitos.....	469
Verbo a ser adotado no preâmbulo (interposição).....	469
Verbo a ser adotado nas razões.....	469
Verbo a ser adotado no pedido.....	469
Pedidos.....	470
Orientações para identificar a peça.....	470
Orientações para a confecção da peça.....	470
Estrutura da peça - interposição.....	471
Estrutura da peça - razões.....	472
Modelo de correção parcial - interposição.....	473
Modelo de correção parcial - razões.....	474

Título XIII
EXECUÇÃO DA PENA

Capítulo I
PEDIDO DE APLICAÇÃO DE LEI PENAL BENÉFICA

Fundamento legal.....	476
Cabimento.....	476
<i>Novatio legis in mellius – lex mitior</i>	476
Hipóteses de lei penal benéfica.....	477
Competência para a aplicação da lei benéfica.....	477
Lex tertia (combinação de leis).....	477
Prazo.....	477
Denominação da parte.....	477
Recurso cabível.....	477
Verbo a ser adotado no preâmbulo.....	477
Verbo a ser adotado no pedido.....	478
Pedido.....	478
Orientações para identificar a peça.....	478
Estrutura da peça.....	478
Modelo de requerimento de aplicação de lei penal benéfica.....	480

Capítulo II
PEDIDO DE EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE

Fundamento legal.....	482
-----------------------	-----

Cabimento	482
Prazo	482
Destinatário – a quem se dirige.....	482
Legitimado a requerer o benefício	482
Denominação da parte	482
Recurso cabível.....	482
Verbo a ser adotado no preâmbulo	482
Verbo a ser adotado no pedido	483
Pedidos	483
Estrutura da peça	483
Modelo de requerimento de extinção da punibilidade.....	484

Capítulo III

PEDIDO DE SOMA OU UNIFICAÇÃO DE PENAS

Fundamento legal.....	486
Cabimento	486
Prazo	486
Destinatário – a quem se dirige.....	486
Legitimado a requerer o benefício	486
Denominação da parte	486
Recurso cabível.....	486
Verbo a ser adotado no preâmbulo	487
Verbo a ser adotado no pedido	487
Pedidos	487
Estrutura da peça	487
Modelo de requerimento de unificação das penas.....	488

Capítulo IV

PEDIDO DE PROGRESSÃO DE REGIME

Fundamento legal.....	490
Cabimento	490
Prazo	490
Destinatário – a quem se dirige.....	490
Legitimado a requerer o benefício	490
Denominação da parte	490
Recurso cabível.....	491
Verbo a ser adotado no preâmbulo	491
Verbo a ser adotado no pedido	491
Pedidos	491
Estrutura da peça	491
Modelo de requerimento de progressão de regime	492

Capítulo V

PEDIDO DE DETRAÇÃO PENAL

Fundamento legal.....	494
-----------------------	-----

Cabimento	494
Prazo	494
Destinatário – a quem se dirige	494
Legitimado a requerer o benefício	494
Denominação da parte	495
Efeitos da detração	495
Efeitos da detração	495
Recurso cabível	495
Verbo a ser adotado no preâmbulo	495
Verbo a ser adotado no pedido	495
Pedidos	495
Orientações para identificar a peça	495
Estrutura da peça	495
Modelo de requerimento de detração	497

Capítulo VI

PEDIDO DE REMIÇÃO DA PENA

Fundamento legal	498
Cabimento	498
Prazo	498
Destinatário – a quem se dirige	498
Denominação da parte	498
Forma de contagem do tempo	498
Preso impossibilitado de prosseguir no trabalho ou estudo por acidente	498
Falta grave	499
Efeitos da remição	499
Consequencia da declaração ou atestado falso de prestação de serviço para fim de instruir pedido de remição	499
Recurso cabível	499
Verbo a ser adotado no preâmbulo	499
Verbo a ser adotado no pedido	499
Pedidos	499
Orientações para identificar a peça	499
Estrutura da peça	500
Modelo de requerimento de remição da pena	501

Capítulo VII

PEDIDO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL

Fundamento legal	503
Cabimento	503
Prazo	503
Requisito formal – art. 112, § 1.º	503
Destinatário – a quem se dirige	503
Legitimados	504
Denominação da parte	504
Condições obrigatórias – art. 132, § 1.º	504
Condições facultativas – art. 132, § 2.º	504
Causas de revogação obrigatória – art. 86 do Código Penal	504
Causas de revogação facultativa – art. 87 do Código Penal	504

Condição para a revogação	504
Recurso cabível.....	505
Verbo a ser adotado no preâmbulo	505
Verbo a ser adotado no pedido.....	505
Pedidos	505
Estrutura da peça	505
Modelo de requerimento de livramento condicional	507

Capítulo VIII
PEDIDO DE INDULTO

Fundamento legal.....	508
Cabimento	508
Prazo.....	508
Destinatário – a quem se dirige.....	508
Legitimado a requerer o benefício	508
Denominação da parte	508
Vedação ao indulto.....	508
Recurso cabível.....	509
Verbo a ser adotado no preâmbulo	509
Verbo a ser adotado no pedido	509
Pedidos	509
Estrutura da peça	509
Modelo de requerimento de indulto.....	510

Capítulo IX
REABILITAÇÃO CRIMINAL

Fundamento legal.....	512
Cabimento	512
Pressuposto	512
Negativa à reabilitação	512
Prazo.....	512
Destinatário – a quem se dirige.....	512
Legitimado a requerer a reabilitação	512
Denominação da parte	513
Vedação ao indulto.....	513
Recursos cabíveis.....	513
Verbo a ser adotado no preâmbulo	513
Verbo a ser adotado no pedido	513
Pedidos	513
Estrutura da peça	513
Modelo de petição de reabilitação.....	514

Capítulo XI
RECURSO DE AGRAVO EM EXECUÇÃO

Fundamento legal.....	516
Cabimento	516
Efeito	516
Prazo.....	516

Legitimados a interpor recurso de agravo em execução.....	516
Destinatário – a quem se dirige.....	517
Medida cabível.....	517
Denominação dos sujeitos.....	517
Verbo a ser adotado no preâmbulo (interposição).....	517
Verbo a ser adotado nas razões.....	517
Verbo a ser adotado no pedido.....	518
Pedidos.....	518
Orientações para identificar a peça.....	518
Orientações para a confecção da peça.....	518
Estrutura da interposição.....	519
Estrutura das razões.....	519
Modelo de agravo em execução - interposição.....	520
Modelo de agravo em execução - razões.....	522

Título XIV

GUIA DE SÚMULAS POR ASSUNTO

Capítulo I

SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Algemas.....	525
Aplicação da lei penal.....	525
Cheque “sem fundos”.....	525
Competência.....	525
Flagrante ilegal.....	527
Hábeas-Cópus.....	527
Persecução penal – inquérito policial e ação penal.....	527
Prescrição.....	528
Recursos.....	529
Suspensão condicional da pena e do processo.....	529
Transição penal.....	529

Capítulo II

SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Atos Processuais.....	530
Competência.....	530
Crimes.....	532
Execução Penal.....	532
Extinção da Punibilidade.....	533
Impedimento do MP.....	533
Penas.....	533
Persecução Penal.....	534
Prescrição e Decadência.....	534
Prisão.....	534
Prova.....	535
Recursos.....	535
Suspensão Condicional do Processo.....	536

Título XV
ORIENTAÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE PROVA
PRÁTICO-PROFISSIONAL

Exames de Ordem e Concursos Públicos.....537

Capítulo I
ORIENTAÇÕES GERAIS

Capítulo II
ESTRUTURA BÁSICA DA PEÇA

Capítulo III
ENDEREÇAMENTOS

Capítulo IV
RELAÇÃO DAS PEÇAS MAIS USUAIS NO PROCESSO PENAL

Capítulo V
PRINCIPAIS TESES DEFENSIVAS

PREJUDICIAL DE MÉRITO551
PRELIMINARES.....552

Capítulo VI
PRINCIPIOLOGIA INSTRUMENTAL

Seção I
PRINCÍPIOS PENAIS

I. Princípios limitadores da função punitiva557
II. Princípios relacionados à penologia557
III. Princípios relacionados ao fato557
IV. Princípios relacionados ao agente do fato558

Seção II
PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIS

I. Princípios de aplicação geral no processo penal558
II. Princípios relacionados à jurisdição558
III. Princípios relacionados à aplicação da Lei Processual.....559
IV. Princípios relacionados ao Juizado Especial Criminal.....559
V. Princípios relacionados ao Tribunal do Júri.....559
VI. Princípios relacionados à Ação Penal Pública559
VII. Princípios relacionados à Ação Penal Privada560
VIII. Princípios relacionados aos Recursos.....560
IX. Princípios relacionados às Nulidades560
X. Princípios relacionados às Provas.....560

OBRAS DOS AUTORES.....561